

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ANNA KARLA PELIÇON

**FUNÇÕES PARENTAIS E DESENVOLVIMENTO AFETIVO:
REFLEXÕES SOBRE O ABUSO PSICOLÓGICO INFANTIL**

MARINGÁ

2013

ANNA KARLA PELIÇON

**FUNÇÕES PARENTAIS E DESENVOLVIMENTO AFETIVO:
REFLEXÕES SOBRE O ABUSO PSICOLÓGICO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa Dra Solange Franci
Raimundo Yaegashi

MARINGÁ

2013

ANNA KARLA PELIÇON

**FUNÇÕES PARENTAIS E DESENVOLVIMENTO AFETIVO:
REFLEXÕES SOBRE O ABUSO PSICOLÓGICO INFANTIL**

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do Título de Pedagoga, sob a orientação da Professora Doutora Solange Franci Raimundo Yaegashi.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Solange Franci Raimundo Yaegashi

(Universidade Estadual de Maringá)

Prof^a Ms^a Paula Roberta Miranda

(Universidade Estadual de Maringá)

Prof^a Ms^a Rubiana Brasílio S. Bárbara

(Universidade Estadual de Maringá)

REFLEXÕES PARENTAIS E DESENVOLVIMENTO AATIVO: REFLEXÕES SOBRE O ABUSO PSICOLÓGICO INFANTIL

Anna Karla Peliçon¹
Solange Franci Raymundo Yaegashi²

RESUMO

A família é o primeiro grupo social com o qual a criança tem contato, é nela que o indivíduo faz seu primeiro ensaio sobre as relações sociais. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo estudar as formas de abuso psicológico cometidas pelos pais, em especial a superproteção, e suas repercussões no desenvolvimento afetivo e social da criança. Para tanto foi realizada uma pesquisa de natureza teórica na qual procuramos estudar a contribuição da família para a formação da identidade e desenvolvimento pleno do indivíduo. Focamos ainda os papéis parentais e, por fim, discorremos de maneira breve sobre como ações parentais podem se revelar nefastas para a criança, nos casos em que os pais, mesmo que de forma inconsciente, cometem abusos psicológicos, mais especificamente, a superproteção. Verificamos que a conduta de superproteção dos pais pode contribuir para que as crianças se façam inseguras e sem autonomia afetiva e intelectual. Chegamos à conclusão que os pais e os educadores devem ser orientados no sentido de que promovam ações que visem o desenvolvimento afetivo-social da criança, evitando situações de abuso psicológico.

Palavras-chave: Família. Papéis parentais. Abuso psicológico.

ABSTRACT

The family is the first social group that the child has contact. Through the family the subject has its first experiences of social relations. In this sense, this research aimed to study the types of psychological abuse committed by parents, especially the parental overprotection, and its repercussion in the affective and social development of the child. For this, a theoretical research was performed in which we studied the family's contributions to the identity formation and the full development of the subject. Furthermore, we focus on the parental roles and, finally, we discuss briefly about how the parental actions can cause harmful consequences to the child, in cases that parents commit even unconsciously psychological abuses, more specifically, the parental overprotection may contribute to become child insecure, without affective and intellectual autonomy. We concluded that, parents and educators should be oriented to promote attitudes that stimulate/promote the social-affective development of the child.

Keywords: Family. Parental roles. Psychological abuse.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia

² Psicóloga e Prof^a Dr^a do Departamento de Teoria e Prática da Educação da UEM, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

INTRODUÇÃO

A influência da família sobre o desenvolvimento infantil tem sido um tema discutido por profissionais de diferentes áreas, uma vez que psicólogos, fonoaudiólogos, professores, dentre outros constatarem em sua prática que certas condutas familiares são decisivas para um desenvolvimento saudável ou não de uma criança (FRAIMAN, 1997; CASTELLS, 1999; ROUDINESCO, 2003; LIMA, 2009; SHIRAHIGE, s/d).

Osorio (1996) na obra “Casais e Famílias: Uma visão contemporânea” cita a instituição familiar como responsável por suprir uma série de necessidades, desde as biológicas, mais primitivas do indivíduo, que se bem efetuadas contribuem para a sobrevivência e manutenção da espécie, até cooperar para o desenvolvimento psíquico, a interação social, funcionar como um porto seguro diante das ansiedades dos seus integrantes, contribuir para a transmissão da cultura dos antepassados, preparar para o exercício da cidadania, garantir um ambiente adequado, regular o exercício da sexualidade humana e, por fim, promover o bem-estar coletivo. Como pode ser verificado, uma série de cobranças e incumbências recaem sobre a família, talvez, por isso, a culpabilização da mesma seja quase que imediata quando algo não caminha bem com uma criança.

É fato que os tempos e a dinâmica social passaram por grandes transformações e que como reflexo desta série de mudanças novas estruturas familiares são formadas. Contudo, é de extrema importância que os papéis parentais mesmo que diferentes daqueles vivenciados a tempos atrás estejam bem delimitados, uma estrutura bem definida na qual todos contribuem para a manutenção do bem estar e a busca por uma finalidade pré-estabelecida, dá norte e significação para a vivência dos seus integrantes (OSORIO,1996).

A violência, o trânsito, o mercado de trabalho, as incumbências destinadas a cada gênero, a facilidade de acesso aos meios de informação, as novas tecnologias, a falta de tempo decorrente das obrigações empregatícias, a necessidade de suprir a carência com bens materiais são somente alguns dos fatores que contribuíram para a formação deste novo contexto social vivido atualmente e que se aliados à boa e velha preocupação de se criar “bons filhos” podem ser apontados como fatores desencadeadores de abusos psicológicos, como por exemplo, a superproteção. Nesta perspectiva, Machado (s/d. p.1) afirma que:

Há duas importantes situações a serem pensadas quanto ao assunto. A primeira refere-se ao fato de que a proteção, o acompanhamento ou o monitoramento da vida das crianças pelos pais tornou-se uma necessidade em virtude do crescimento estatisticamente comprovado dos casos de violência em nosso país (e em várias partes do mundo). Ações comuns das crianças de antigamente como, por exemplo, jogar bola, brincar de esconde-esconde, ir à casa de colegas que moram na vizinhança, entre outras, se tornaram menos regulares por conta do receio dos pais de que, no meio do caminho possa acontecer alguma coisa, uma agressão, uma violência sexual, um sequestro... Ocorre também que, por conta da violência e do medo dos pais de exporem seus filhos a situações de risco, surge no cenário das famílias a superproteção e, com isto, a criação de redomas ou bolhas onde estas crianças ou adolescentes acabam sendo colocados. Com isso são tolhidas oportunidades de vivenciar experiências que, até algum tempo atrás (20/30 anos) eram corriqueiras na vida destas pessoas.

A posição de Machado (s/d, p. 2) evidencia a transformação social explicitada anteriormente e a influência que a mesma causou nas relações parentais. Para o autor:

A superproteção torna-se uma realidade quando não são oferecidas às crianças e adolescentes chances reais de aventurar-se no mundo por conta própria. Quero dizer com isso que, para tudo (e me refiro aqui a tudo mesmo) há sempre algum acompanhamento dos pais. Seja para ir à escola, ao clube, ao shopping ou mesmo em caso de férias e períodos mais prolongados de tempo, nos quais os pais, por insegurança total, impedem os filhos de fazerem programas nos quais eles (pais) não estejam incluídos. Como parte de uma vida saudável é preciso que em alguns momentos sejam concedidos aos filhos a chance de vivenciar estas experiências ou aventuras sem que o olhar e a presença dos pais por perto os intimidem ou mesmo os exponham a situações de ridicularização perante os colegas.

A partir dessas discussões buscamos responder aos seguintes questionamentos: Quais as funções parentais na contemporaneidade? Que atitudes se configuram como abuso psicológico?

Tendo por base estes questionamentos, a presente pesquisa teve como objetivo tecer relações sobre as temáticas funções parentais, o desenvolvimento afetivo do indivíduo e a repercussão das formas de abuso psicológico cometido

pelos pais, com destaque a superproteção, e suas repercussões no desenvolvimento afetivo e social da criança.

Para dar conta do proposto realizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico a partir da leitura de algumas obras pertinentes à temática selecionada, o que será possível devido à compatibilidade de ideias, fundamentações e formação de diferentes autores.

Para dar conta do proposto o presente trabalho apresenta as seguintes divisões:

“*As Funções Parentais*”, item no qual discorreremos sobre a conceitualização desta terminologia, sua importância no desenvolvimento individual e coletivo dos integrantes e da instituição família em sua totalidade, bem como, a configuração dos papéis parentais na atualidade.

“*O Desenvolvimento Afetivo da Criança*”, assim como o próprio título sugere, momento em que aproveitamos para apresentar como ocorre o desenvolvimento afetivo da criança e as suas principais necessidades em cada período de sua vida, seguindo a caracterização elaborada por Grünspun (2003) e a sua relevância no desenvolvimento pleno dos indivíduos.

No tópico “*O Abuso Psicológico e sua Influência sobre o Desenvolvimento Afetivo-Social da Criança*” buscamos significar o conceito de abuso psicológico, enquanto uma forma de violência contra o infante, caracterizar as diferentes formas de ocorrências e as possíveis implicações que tais ações podem ou não ocasionar na formação da identidade e da personalidade dos sujeitos.

Por fim, apresentamos o item “*Superproteção: Uma forma de Abuso Psicológico*”, com o objetivo de discorrer sobre essa temática, suas diferentes classificações e as possíveis repercussões que podem ser observadas na vida das pessoas que são acometidas por esta forma de abuso psicológico.

Ao levar em consideração que estabelecer suas próprias vivências é algo fundamental na vida do adulto em formação tem-se a noção do tamanho, ou seja, de qual é a dimensão dos danos causados em crianças e adolescentes superprotegidos. Por isso a necessidade de estudos como este que se propõem a compreender as variáveis que podem interferir no desenvolvimento e aprendizagem da criança. Não temos a pretensão de se expor fórmulas mágicas para a boa criação das crianças, até porque ao se lidar com seres humanos é fundamental lembrar que são complexos e impossíveis de serem uniformizados, as mesmas atitudes consideradas de sucesso para um grupo familiar, podem ser extremamente caóticas

quando incorporadas por outro. Pelo contrário, o que será feito é discorrer sobre estudos já existentes e que evidenciaram a orientação familiar como um recurso válido, como uma possível solução para conflitos emergentes no grupo familiar.

Tal trabalho é destinado para toda comunidade de educadores e, em especial, aos pais que se interessem e tenham consciência da valia de tal temática. Espera-se com este artigo evidenciar a importância da autonomia infantil, uma vez que a falta da mesma pode influenciar na educação escolar, na interação social e familiar. Pode-se perceber o importante papel que a família desempenha na formação do indivíduo, e o prejuízo que a superproteção pode acarretar no desenvolvimento do mesmo, por isso a necessidade de trabalhos como este.

AS FUNÇÕES PARENTAIS

De acordo com Osorio (1996), as funções parentais também são conhecidas como papéis familiares e podem ser definidas como as incumbências a serem desempenhadas por cada um dos membros constituintes de uma família visando o bem estar comum desta instituição. Definir o conceito de família não é tarefa fácil, dessa forma o autor explica que:

Família não é um conceito unívoco. Pode-se até afirmar, radicalizando que a família não é uma expressão passível de conceitualização, mas tão somente de descrições; ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta esse agrupamento humano (OSORIO, 1996. p. 13).

A citação reforça a ideia de que a família é uma instituição social e que passa por influências sociais e históricas que contribuem para a sua modificação.

Orsi (2003) aponta como fatores principais para a mudança na formação familiar os seguintes itens: desestruturação da família patriarcal, novo arranjo familiar, famílias reconstituídas, evolução dos métodos contraceptivos e a difusão do homossexualismo. Desestruturação da família patriarcal significa uma mudança de estrutura, a organização familiar deixa de ser encabeçada pela figura masculina e passa a ser governada por mulheres. Os novos arranjos familiares são decorrentes

do fato de que na sociedade moderna os filhos quando atingem certa idade saem das casas de seus pais e constituem suas próprias famílias. Já as famílias reconstituídas são resultado da desestruturação de famílias anteriores desconstituídas por situações adversas e reformuladas de acordo com as vontades de seus próprios integrantes. Já a evolução dos métodos contraceptivos possibilitou, principalmente, à figura feminina ter o domínio com relação ao tamanho de sua prole e ao momento e se deseja ou não assumir a maternidade. Por fim, a autora menciona a existência de homossexuais e o desejo que alguns representam em constituir famílias.

Em sua obra *Distúrbios Neuróticos da Criança*, Haim Grünspon (2003, p.10) afirma que “os antropólogos demonstraram, que a cultura influencia os tipos de organização familiar e o papel que seus membros assumem na experiência social”. Essa citação reforça nossa ideia de que assim como a instituição familiar, as funções parentais passaram por transformações que variam de acordo com o contexto social e histórico vivenciado em cada época, por isso, podemos afirmar que essas não são fixas e nem pré-estabelecidas, ou seja, se antigamente era comum atribuir o papel de mantenedor da casa à figura masculina o que dizer das famílias mononucleares existentes atualmente? E a figura angelical e direcionada à maternidade que era atribuída à mulher? Pode hoje em dia ser considerada como predominante? Estes são somente alguns dos questionamentos que demonstram as modificações e características das relações familiares atuais.

Ao se referir à família, Orsi (2003) reafirma a ideia constante em outros autores que atribuem à família o desenvolvimento saudável ou patológico dos seus integrantes. Para a autora:

[...] nas sociedades tradicionais, ao contrário do que ocorre nas sociedades modernas, os papéis familiares eram menos conflitivos porque eram predeterminados. À medida que aumenta o espaço social para o desenvolvimento desta dimensão individual, os papéis familiares se tornam mais conflitivos, embora o valor social da vida familiar permaneça o mesmo (ORSI, 2006. p.46).

A citação acima reforça a afirmação de que a família, como instituição, sofre transformações de acordo com as mudanças sociais e históricas, as quais, por sua vez, influenciam no desenvolvimentos das funções parentais.

De acordo com Osorio (1996), os papéis familiares nem sempre correspondem aos indivíduos que convencionalmente designamos como seus depositários. Esta afirmação também é reforçada por Orsi (2003), a qual afirma que no contexto familiar não existem funções específicas em consonância com o gênero ou com o papel biológico que é normalmente conferido a cada componente da família, como por exemplo, pode ser conferido o papel de manter a casa, do próprio ponto de vista material, à uma mulher, sendo que anteriormente esta era uma atribuição própria do patriarca da família.

Como já mencionamos anteriormente, as funções parentais são requisito fundamental para o desenvolvimento sadio ou patológico da instituição família e de todos os seus integrantes e podem variar de acordo com os contextos históricos e sociais, e que por isso necessitam de uma melhor compreensão, de um olhar que busque entender e não julgar.

O DESENVOLVIMENTO AFETIVO DA CRIANÇA

Após termos discorrido sobre o significado do termo funções parentais e a visão de alguns teóricos vamos buscar explicações sobre o desenvolvimento afetivo da criança. De acordo com Levisky (2001, s/p. apud ORSI, 2003, p. 95),

[...] por estarem no auge do desenvolvimento biológico, psicológico e social, crianças e adolescentes são mais vulneráveis aos estímulos internos e externos que contribuem na formação da sua identidade. Estes têm muitos potenciais que dependem da qualidade das relações afetivas, limites e valores éticos para se desenvolverem; quando estes aspectos não são supridos de forma adequada, fomentam comportamentos desadaptativos como a violência, dificuldade de relacionamento e transtornos mentais.

De acordo com Grünspun (2003), a maturação pode ser entendida como a sequência dos processos evolutivos pelos quais passa o ser humano, desde a concepção até a maturidade, e costumam ser delimitadas em quatro etapas fundamentais: física, intelectual, emocional e social. É importante ressaltar que incluso na categoria emocional temos o lado afetivo do sujeito social que como pode

ser verificado, é fundamental e contribui para o processo global de maturação dos seres humanos.

Depois de ressaltarmos tal importância para os processos de maturação global dos seres humanos é fundamental que esclareçamos como esse processo se desenvolve na criança, para dar conta do proposto, evidenciaremos como e quais são as necessidades principais da criança em cada fase de sua vida, tendo com referencial as ideias de Grünspun (2003).

Ao se referir às necessidades do primeiro ano de vida, Grünspun (2003) ressalta que a necessidade afetiva dada pela figura materna é fundamental para o bom desenvolvimento do bebê, já que o mesmo não é capaz de identificar-se como sujeito individual, desvinculado de sua mãe. Ressalta ainda que a figura paterna só passa a ter relevância para a criança em desenvolvimento a partir do seu primeiro ano de vida. Para Grünspun (2003, p.5):

[...] desde o início, nossa educação é feita através da palavra “não”. O uso do “não” é imprescindível, mas somente será útil ao desenvolvimento, se na fase anterior a experiência afetiva, tiver sido satisfatória; caso contrário, a restrição educacional do segundo ano acarretará novos problemas de conduta, passando a criança a confirmar a sensação de abandono pela qual passa.

A citação acima nos permite perceber a importância do afeto e dos limites para o bom desenvolvimento das crianças e nos dá norte para seguirmos nossas discussões.

No que se refere às necessidades da criança no segundo e terceiro anos de vida, Grünspun (2003) continua a ressaltar que o afeto é primordial para o desenvolvimento saudável dos sujeitos, destaca a aquisição da linguagem e o seu papel primordial para a socialização dos indivíduos.

De acordo com o autor, se na fase anterior a experiência afetiva, tiver sido satisfatória a criança terá uma boa adaptação social, desenvolvendo a autonomia e a iniciativa; caso contrário, a restrição educacional no segundo ano acarretará novos problemas de conduta, passando a criança a apresentar uma sensação de abandono ou ainda dificuldades para enfrentar situações simples do cotidiano.

Com relação às necessidades na fase pré-escolar, Grünspun (2003) ressalta a importância da socialização. O autor define esta fase como sendo o período de socialização comunal, que pode ser entendida como o momento em que a criança passa a relacionar-se com pessoas extrafamiliares, ou seja, não pertencentes à família e enfatiza que “a ausência de correspondência afetiva segura tornará a criança insegura em relação à sua própria afirmação” (GRÜNSPUN, 2003, p.6). Em alguns casos a criança mostra-se apática e dependente, pode ainda apresentar conduta medo, agressividade, tirania, dentre outros problemas que revelam um estado de ansiedade.

No que diz respeito às necessidades na fase escolar, período é definido por Freud como período de latência, Grünspun (2003) afirma que ou nesta fase as crianças desenvolveram-se plenamente ou apresentam problemáticas que ainda precisam ser bem resolvidas. A necessidade de socialização e de pertencimento a um grupo começa a ficar evidente nesta fase.

Por fim, Grünspun (2003) ressalta aspectos característicos da adolescência, a qual tem início na puberdade. Sobre esta fase do desenvolvimento, o autor afirma que no trato com o adolescente, os pais devem criar condições para uma boa adaptação social, buscando uma relação de diálogo. Necessitam compreender que as mudanças físicas têm repercussões sobre o estado emocional do adolescente, o qual se encontra em um processo de busca da identidade.

Acabamos de destacar as necessidades características de cada fase do desenvolvimento e como pode ser verificado o afeto é definido como umas das necessidades primordiais para que a criança desenvolva-se em todas as suas potencialidades e está condicionado ao ambiente em que efetivam-se as vivências dos seres humanos.

O ABUSO PSICOLÓGICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO AFETIVO-SOCIAL DA CRIANÇA

Várias são as formas de abusos aos quais crianças e adolescentes podem ser acometidos:

As violências social, intrafamiliar e institucional se expressam sob diferenciadas formas e, quando relacionadas às crianças e adolescentes, costumam ser classificadas como negligência, abuso físico, abuso sexual e abuso psicológico (MELLO JORGE, 2002, p.24).

Como o próprio título sugere e a citação acima destaca, o abuso psicológico será o termo de destaque deste trabalho. Os estudos sobre abuso psicológico são relativamente recentes, tendo sido iniciado nos anos 1980.

O abuso psicológico “[...] consiste em toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas do adulto” (MELLO JORGE, 2002, p.25).

É importante ressaltar que em várias obras consultadas encontramos os termos abuso psicológico e abuso emocional sendo utilizados como sinônimos, ou seja, possuem a mesma significação. De acordo com o Centro Nacional para o Cuidado do Abuso e Negligências à Criança, dos Estados Unidos (apud MELLO JORGE, 2002, p.26) o abuso emocional pode ser entendido como:

[...] atos ou omissões dos pais ou outros responsáveis pelo cuidado da criança, que tenham causado ou possam causar sérias desordens cognitivas, mentais, emocionais e de comportamento. Em alguns casos de abuso psicológico/emocional, apenas atitudes dos pais, sem que haja danos evidentes no comportamento ou condição da criança, são suficientes para garantir a intervenção do órgão de Proteção à Criança; como por exemplo, o uso, por parte dos pais ou responsáveis, de punições extremas ou estranhas, tais como tortura ou confinamento de uma criança a um quarto escuro. Para atos menos severos, como o de tratar a criança como o “bode expiatório”, culpado habitual de sempre, a depreciação, o tratamento de rejeição, ou ferimentos aparentes na criança também requerem a intervenção do órgão de Proteção à Criança.

De acordo com Marques (2000), o primeiro a categorizar as diferentes formas de abuso psicológico foi Garbarino (1986), que os subdividiu da seguinte forma: 1) Tratamento desdenhoso ou com desprezo, 2) Tratamento terrorista ou com terrorismo, 3) Isolamento, 4) Exploração e/ou corrupção e 5) Negar a reciprocidade emocional. Depois Hart e Brassard (1991, apud MARQUES, 2000) ampliaram esta caracterização acrescentando a inconsistência dos pais. De acordo com os autores,

a inconsistência paterna, se traduz pela atitude de produzir expectativas irreais ou extremadas exigências sobre o rendimento escolar, intelectual, esportivo e o fato de “mimar” a criança.

É importante ressaltar que, como afirma Marques (2000), as consequências decorrentes do abuso psicológico podem ser percebidas a curto, médio e a longo prazo, o que significa que não há uma temporalidade exata para que as consequências sejam notadas, uma pessoa pode ter sofrido este tipo de abuso na sua tenra idade e só apresentar comportamentos patológicos decorrentes de tal conduta abusiva na idade adulta.

Marques (2000) elenca uma série de características que podem contribuir para que pais transformem-se em sujeitos abusivos, são elas: necessidades econômicas que denotam falta de controle sobre as situações cotidianas da vida, pais que não demonstram afetividade para com seus filhos e que passam por tensões no seu matrimônio, figuras paternas que sofrem com o vício de drogas lícitas e ilícitas e, por fim, pais que não são capazes de compreender as necessidades de seus filhos enquanto crianças que são.

É válido ressaltar que nem sempre esses abusos são conscientes, os pais podem assumir comportamentos prejudiciais para com os seus filhos sem ao menos darem conta de que estão comprometendo de alguma forma o desenvolvimento dos mesmos. Exemplo disso é a superproteção que trataremos no próximo subtítulo.

Como pode ser verificado até o presente momento, várias são as categorias nas quais divide-se o abuso psicológico, variam desde o ato de desdenhar situações relacionadas aos comportamentos infantis, até a cobranças indevidas e inalcançáveis pela criança.

De acordo com Marques (2000), o abuso pode afetar o desenvolvimento social, patológico, cognitivo e físico da criança. Como pode ser verificado é um problema de gigantesca dimensão já que afeta todas as instâncias do desenvolvimento infantil e que por isso merece um maior estudo e atenção por parte de pais e educadores.

Marques (2000) lista alguns problemas pesquisados por uma série de autores e que podem decorrer de formas de abusos psicológicos, são eles: falha na autonomia das crianças, dificuldade em estabelecer relações com seus semelhantes, dificuldade na adaptação escolar eficaz e atraso no desenvolvimento infantil.

Crianças vítimas de abuso psicológico têm uma maior possibilidade de desenvolver uma baixa autoestima o que contribui negativamente para a construção da identidade (MARQUES, 2000).

SUPERPROTEÇÃO: UMA FORMA DE ABUSO PSICOLÓGICO

De acordo com Grünspun (2003, p.25), a superproteção pode ser considerada “uma atitude de devoção e cuidados exagerados para com a criança. Nada é capaz de competir com a dedicação à criança e em consequência há uma redução de outros interesses da vida, inclusive muitas vezes interesse da mãe pelo marido”.

Analisamos a partir da leitura desta citação que a superproteção não compromete somente o desenvolvimento das crianças como também o de toda a instituição familiar, pois dispensar cuidados excessivos ao filho passa a ser a principal atividade a ser desempenhada pela mãe e, como consequência, outras atividades funcionais e afetivas para com o lar e com os outros integrantes da família recebem menor atenção.

Levy (1943, apud GRÜNSPUN, 2003) define cinco formas de superproteção: 1) Superproteção Pura; 2) Superproteção Compensatória (de sentimento de culpa); 3) Superproteção Mista (seguida de rejeição); 4) Superproteção Leve e 5) Superproteção Não Materna (avós, irmãos, etc.).

Independente de qual a caracterização, podemos inferir que a superproteção enquanto abuso psicológico pode possuir diversas consequências patológicas na vida de quem é vitimado direta ou indiretamente. Direta, pois pelo excesso de zelo a criança fica impossibilitada de experimentar suas próprias vivências e indireta, pois como já mencionado anteriormente em uma casa na qual a figura materna toma como atividade principal o cuidado excessivo para com um filho certamente negligenciará outras instâncias da vida familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi tecer relações sobre as seguintes temáticas: funções parentais, o desenvolvimento afetivo e a repercussão do abuso psicológico, em especial a superproteção, para o desenvolvimento do indivíduo.

Ao finalizarmos nossos estudos, partilhamos da mesma visão abordada por Mello (2004, p. 13) quando a autora afirma que:

Não foi encontrada, ainda, uma maneira de controlar completamente a genética com que uma pessoa nasce. Assim, cabe à família controlar o ambiente no qual esta criança será recebida. Esse ser humano terá as melhores condições para tornar-se um cidadão produtivo e de bem?

Como pode ser percebido na citação acima, ainda não se encontrou um meio total de controlar a genética de um indivíduo, contudo é possível escolher e determinar o ambiente em que esse sujeito se desenvolverá. Ao levar em consideração a relevância do ambiente na formação dos sujeitos, aqui defendida por nós, faz-se necessário repensar as práticas familiares e educacionais com vistas a se obter um desenvolvimento mais saudável para os sujeitos em formação, a fim de que os mesmos não venham a desenvolver condutas extremadas e patológicas.

De fato, e como já era esperado não extinguimos este assunto, ao se levar em conta de que o mesmo possui uma extensa gama de considerações que ainda precisam ser feitas, averiguadas e transmitidas socialmente. Contudo, esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão por parte dos pais e educadores e provocado uma incitação para que outras pesquisas sobre essa temática sejam desenvolvidas. Como pôde ser constatado no desenvolvimento deste trabalho, este tema é de extrema importância, pois contribui para esclarecer características próprias e propiciar o desenvolvimento saudável dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, 530 p.

FRAIMAN, Leonardo. **A importância da participação dos pais na educação escolar**. 1997. 134 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia da Universidade Estadual de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo 1997.

GRÜNSPUN, Haim. **Distúrbios Neuróticos da Criança**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003, 584 p.

LIMA, Raymundo de. Declínio da autoridade: efeitos na família e na escola. In: Educação no século XXI: múltiplos desafios. **Revista eletrônica Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n.102, p. 119-128, nov.2009.

MACHADO, João Luís de Almeida Machado. **Pais superprotetores**: as consequências para a vida das crianças. Galois [online], s/d. Disponível em: <http://www.galois.com.br/artigos-fundamental/39-para-quem-educa/300-pais-superprotetores-as-consequencias-para-a-vida-das-criancas>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

MARQUES, Maria Aparecida Barbosa. Abuso Psicológico de Crianças e Adolescentes. In: SISTO, Firmino; OLIVEIRA, Gislene; FINI, Lucila (Orgs.). **Leituras de Psicologia para formação de professores**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 205-223.

MELLO, Patrícia Gaspar. A influência do ambiente na saúde mental. **Revista Saúde Mental em Foco do CESUCA** [online], Cachoeirinha, 2004. Disponível em: < <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/saudementalemfoco/article/view/23/19> > Acesso em: 01/06/2013.

MELLO JORGE, Maria Helena Prado de. et al. Crianças, adolescentes e jovens no Brasil do fim do século XX. In: WESTPHAL, Maria Faria (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: Edusp, 2002.

ORSI, Maria Julia Junqueira Scicchitano. **A família atual**: constituição, organização e repercussão na educação dos filhos e na aprendizagem escolar. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

OSORIO, L. C. Família hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 199 p.

SHIRAHIGE, Elena Etsuko. **A tarefa complexa de criar filhos**. Campinas, s/d. Disponível em <<http://nadeq.com.br/artigos/paisefilhos.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.